



Raciocínio Lógico-Matemático

15. Se o diretor está no escritório, então Rodrigo não joga no computador e Tomás não ouve rádio. Se Tomás não ouve rádio, então Gabriela pensa que Tomás não veio. Se Gabriela pensa que Tomás não veio, então ela fica mal humorada. Gabriela não está mal humorada. A partir dessas informações, é possível concluir, corretamente, que
- (A) o diretor não está no escritório e Tomás não ouve rádio.
- (B) Gabriela pensa que Tomás não veio e Tomás não ouve rádio.
- (C) o diretor está no escritório e Tomás ouve rádio.
- (D) Tomás não ouve rádio e Gabriela não pensa que Tomás não veio.
- (E) o diretor não está no escritório e Gabriela não pensa que Tomás não veio.

16. Mapeando 21 funcionários quanto ao domínio das habilidades A, B e C, descobriu-se que nenhum deles dominava, simultaneamente, as três habilidades. Já com domínio de duas habilidades simultâneas há, pelo menos, uma pessoa em todas as possibilidades. Também há quem domine apenas uma dessas habilidades seja qual habilidade for. O intrigante no mapeamento é que em nenhum grupo, seja de domínio de uma ou de duas habilidades, há número igual de pessoas. Sabendo-se que o total daqueles que dominam a habilidade A são 12 pessoas e que o total daqueles que dominam a habilidade B também são 12 pessoas, o maior número possível daqueles que só dominam a habilidade C é igual a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

17. Jorge é o funcionário responsável por criar uma senha mensal de acesso ao sistema financeiro de uma empresa. A senha deve ser criada com 8 caracteres alfanuméricos. Jorge cria as senhas com um padrão dele e não divulgou. Observe as senhas de quatro meses seguidos.

Janeiro: 008CA511
 Fevereiro: 014DB255
 Março: 026EC127
 Abril: 050FD063

Jorge informou que as senhas seguem um padrão sequencial, mês a mês. Sendo assim, a única alternativa que contém 3 caracteres presentes na senha preparada para o mês de Junho é

- (A) 1 - I - 6
- (B) 9 - H - 5
- (C) 1 - G - 2
- (D) 4 - F - 3
- (E) 8 - J - 1

Noções de Gestão Pública

18. NÃO se inclui no ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo da Melhoria Contínua, a etapa de
- (A) execução, que implementa as atividades propostas no planejamento.
- (B) planejamento, que estabelece objetivos, metas e os meios para alcançá-los.
- (C) diagnóstico, que identifica o potencial de crescimento, bem como as falhas existentes e dimensiona o tempo necessário para a melhoria do processo.
- (D) controle/verificação, que controla e monitora a execução e verifica o grau de cumprimento do que foi planejado.
- (E) ação avaliativa/corretiva, que identifica eventuais falhas e as corrige, a fim de melhorar a execução.

19. Acerca do conceito de Gestão por Competências, considere:

- I. Objetiva mapear as competências necessárias para a organização, identificar as competências já disponíveis e gerenciar, com vistas a eliminar, as lacunas ou *gaps* identificados.
- II. Possui foco no aprendizado e aprimoramento constante do empregado, realizando, como etapa vinculada à remuneração por resultados, o mapeamento das competências adquiridas.
- III. Aplica-se, também, às ações de recrutamento e seleção de pessoal, como forma de minimizar as lacunas de competência identificadas na organização.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.

20. A gestão de projetos pode ser entendida como uma área especializada da Administração, definida por Ricardo Vargas (2002) como "um conjunto de ferramentas gerenciais que permitem que a empresa desenvolva um conjunto de habilidades, incluindo conhecimento e capacidades individuais, destinados ao controle de eventos não repetitivos, únicos e complexos, dentro de um cenário de tempo, custo e qualidade predeterminada". Existem diversas metodologias para gerenciamento de projetos, entre as mais difundidas:

- (A) PMBOK, que consiste em um programa de certificação de projetos de acordo com o seu grau de maturidade, buscando o aperfeiçoamento da gestão.
- (B) Programa 5S, que objetiva aumentar a produtividade, otimizando os insumos necessários para a realização de um projeto.
- (C) Reengenharia, que propõe abandonar os processos existentes, aplicando o princípio da "folha em branco" para definir a melhor forma de gerenciar um projeto.
- (D) *Critical Path Method* – CPM, diretamente relacionada com o planejamento do tempo do projeto, no sentido de minimizar o tempo total de sua duração, utilizando o conceito de caminho crítico.
- (E) *Business Process Management* – BMP, que divide os projetos em 3 dimensões: principal, secundário e gerencial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere as disposições da Constituição Federal.

21. Projeto de lei de iniciativa parlamentar dispondo sobre aumento da remuneração dos empregados públicos da Administração direta federal foi aprovado pelo Congresso Nacional, tendo sido sancionado e promulgado pelo Presidente da República. Meses depois, o Presidente da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade – ADIN em face da lei, sustentando que estaria eivada de vício material e formal de inconstitucionalidade, este último em razão de tratar de matéria de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República. Neste caso,
- (A) há vício formal de inconstitucionalidade, podendo o Presidente da República propor ADIN, em que pese tenha sancionado a lei impugnada.
- (B) há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República não pode propor ADIN, uma vez que sancionou a lei impugnada, quando lhe era facultado vetá-la por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) há vício formal de inconstitucionalidade, que pode ser arguido em ADIN apenas pelo Presidente da República, a fim de defender as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo.
- (D) não há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República pode propor ADIN no que toca ao vício material de inconstitucionalidade, ainda que tenha sancionado a lei impugnada.
- (E) não há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República não pode propor ADIN no que toca ao vício material de inconstitucionalidade, uma vez que sancionou a lei impugnada, quando lhe era facultado vetá-la por motivo de inconstitucionalidade.
22. Em um processo de execução e em atenção a requerimento formulado pelo credor, foi proferida decisão judicial determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação de máquina industrial pertencente à empresa executada-devedora, equipamento este que estava localizado em sua sede. Na mesma decisão, o juiz autorizou o uso de força policial, se necessário fosse, para que o oficial de justiça ingressasse no imóvel da devedora. Munido dessa decisão, o oficial de justiça compareceu à sede da empresa, mas foi impedido de ingressar no imóvel pelo responsável. Diante dessa situação, o oficial de justiça
- (A) não poderá ingressar no imóvel sem autorização do proprietário, ainda que autorizado por ordem judicial, em razão do direito à inviolabilidade de domicílio.
- (B) não poderá ingressar no imóvel sem autorização do proprietário, o que poderia ser feito apenas se determinado por ordem expressa de delegado de polícia.
- (C) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, em qualquer horário, independentemente de autorização judicial, uma vez que o direito à inviolabilidade de domicílio não se aplica à pessoa jurídica.
- (D) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, em qualquer horário, visto que autorizado por decisão judicial.
- (E) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, e desde que durante o dia, visto que autorizado por decisão judicial.

23. Lei federal determinou a vinculação da remuneração dos empregados públicos da Administração federal à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo. A vinculação determinada pela Lei é
- (A) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Congresso Nacional.
- (B) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) inconstitucional, uma vez que vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.
- (D) constitucional, uma vez que a vinculação da remuneração dos empregados públicos à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo observou o princípio da estrita legalidade.
- (E) constitucional, uma vez que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração dos servidores titulares de cargos públicos, não se aplicando a restrição aos ocupantes de empregos públicos.
24. Servidores públicos titulares de cargos públicos federais, submetidos a regime estatutário, bem como servidores públicos titulares de empregos públicos federais, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, pretendem propor ação judicial pleiteando a indenização por danos morais e materiais decorrentes do não gozo de férias por necessidade do serviço. Os servidores titulares de
- (A) cargos e empregos públicos deverão propor as ações perante a Justiça do Trabalho, competente para decidir a respeito da indenização pelos danos morais e materiais.
- (B) cargos e empregos públicos deverão propor as ações perante a Justiça do Trabalho, competente para decidir a respeito da indenização pelos danos materiais, mas a indenização pelos danos morais somente poderá ser pleiteada perante a Justiça Federal Comum.
- (C) cargos e empregos públicos deverão propor as ações perante a Justiça Federal Comum, competente para decidir a respeito da indenização pelos danos morais e materiais.
- (D) cargos públicos deverão propor as ações perante a Justiça Federal Comum, competente para decidir a respeito da indenização pelos danos morais e materiais, sendo a Justiça do Trabalho competente para o julgamento das ações de indenização pelos danos materiais e morais sofridos pelos titulares de empregos públicos.
- (E) cargos públicos deverão propor as ações perante a Justiça Federal Comum, competente para decidir a respeito da indenização pelos danos morais e materiais, sendo a Justiça do Trabalho competente para o julgamento das ações de indenização pelos danos materiais, mas não pelos danos morais, sofridos pelos titulares de empregos públicos.
25. Dentre as competências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ encontra-se:
- I. Receber e conhecer das reclamações contra membros de órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares.
- II. Atuar como órgão de revisão de decisões jurisdicionais, podendo cassá-las nos casos estabelecidos na Constituição Federal.
- III. Exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, ainda que as decisões do CNJ possam ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal nos termos da jurisprudência dessa Corte.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



Direito Administrativo

26. Valentina, servidora pública, foi processada por improbidade administrativa, tendo em vista que celebrou contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária. Ao final do processo, Valentina foi condenada, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por dez anos. A pena aplicada

- (A) está correta.
- (B) é superior à prevista em lei para a espécie de ato ímprobo praticado.
- (C) é inferior à prevista em lei para a espécie de ato ímprobo praticado.
- (D) está incorreta, haja vista que a conduta em questão não caracteriza ato ímprobo.
- (E) está incorreta, pois o ato ímprobo praticado por Valentina não comporta tal espécie de sanção.

27. Nos termos da Lei nº 9.784/99, considere:

- I. O recurso administrativo não será conhecido quando interposto por quem não seja legitimado.
- II. Quando o recurso administrativo for interposto perante órgão incompetente, ele não será conhecido; no entanto, será indicada a autoridade competente ao recorrente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- III. O recurso administrativo será conhecido ainda que interposto fora do prazo, haja vista que determinadas formalidades legais podem ser relevadas em prol do interesse público.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II.

28. Caterina, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora terá um prazo mínimo, contado da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede. O prazo mínimo a que se refere o enunciado é de

- (A) dez dias.
- (B) um mês.
- (C) cinco dias.
- (D) setenta e duas horas.
- (E) quinze dias.

29. A atuação discricionária da Administração pública

- (A) nem sempre se fundamenta por razões de conveniência e oportunidade.
- (B) permite, excepcionalmente, a edição de atos que contrariem a lei, desde que favoráveis ao interesse público.
- (C) aplica-se aos atos administrativos vinculados.
- (D) tem como exemplo a revogação de atos administrativos.
- (E) tem como exemplo a anulação de atos administrativos.

30. Determinada empresa do ramo farmacêutico, responsável pela importação de importante fármaco necessário ao tratamento de grave doença, formulou pedido de retificação de sua declaração de importação, não obtendo resposta da Administração pública. Em razão disso, ingressou com ação na Justiça, obtendo ganho de causa. Em síntese, considerou o Judiciário que a Administração pública não pode se esquivar de dar um pronto retorno ao particular, sob pena inclusive de danos irreversíveis à própria população. O caso narrado evidencia violação ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) eficiência.
- (C) impessoalidade.
- (D) motivação.
- (E) proporcionalidade.

Direito Processual do Trabalho

31. Considere a seguinte situação hipotética: Márcio reside em Maceió e está sendo executado em reclamação trabalhista proposta pela sua ex-empregada doméstica, reclamação esta já em fase de execução. Márcio não possui dinheiro depositado em conta corrente, poupança ou aplicação bancária, mas possui os seguintes bens: um trator; um apartamento situado em Salvador; pedras preciosas; um seguro de vida e quotas de sociedade empresarial. Neste caso, considerando que Márcio não indicou bens à penhora, o oficial de justiça deverá penhorar, preferencialmente,

- (A) o apartamento.
- (B) o trator.
- (C) as pedras preciosas.
- (D) o seguro de vida.
- (E) as quotas de sociedade empresarial.

32. Considere a seguinte situação hipotética: Em determinada execução trabalhista foi leiloada uma casa e seu respectivo terreno na cidade de Belo Monte. Severino arrematou a referida casa pelo preço de R\$ 390.000,00. Neste caso,

- (A) Severino deverá garantir o lance com sinal correspondente a R\$ 39.000,00.
- (B) se Severino não pagar, dentro de 48 horas, o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal.
- (C) se Severino não pagar, dentro de cinco dias, o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal.
- (D) Severino deverá garantir o lance com sinal correspondente a R\$ 78.000,00.
- (E) Severino deverá pagar o preço total da arrematação, em até 48 horas da realização da praça, independentemente de sinal.

33. No tocante aos embargos à execução, considere:

- I. Mesmo que se trate de título executivo extrajudicial trabalhista, o executado poderá opor embargos no prazo de cinco dias, após garantia do juízo.
- II. O embargado será intimado para impugnar os embargos à execução no prazo de oito dias.
- III. A competência para julgamento dos embargos à execução é do juízo onde se processa a execução.
- IV. O procedimento dos embargos à execução veda a oitiva de testemunhas, uma vez que as matérias discutidas são, exclusivamente, de direito, como exemplo da prescrição.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.



34. Considere a seguinte situação hipotética: Reclamação trabalhista em que a reclamante requer o reconhecimento do vínculo de emprego com a empresa "GHJ Ltda.". A empresa reclamada, por sua vez, nega o referido vínculo, alegando que a reclamante não trabalhou para ela, não tendo, inclusive, jamais ingressado no interior do estabelecimento. O Magistrado converteu a audiência em diligência e se dirigiu à empresa reclamada com as partes. No local, o Magistrado solicitou que a reclamante indicasse o banheiro feminino. Esta não soube indicar e o Magistrado percebeu qual das partes estava faltando com a verdade. Esta hipótese é um exemplo específico do princípio
- (A) dispositivo.
(B) da imediação.
(C) da estabilidade da lide.
(D) da eventualidade.
(E) da perempção.
35. Fabiana é advogada recém formada e está com dúvidas a respeito da contagem processual do prazos judiciais, solicitando ajuda para seu tio, advogado militante na Justiça do Trabalho. O prazo processual para Fabiana interpor agravo de petição começou no dia 16 de dezembro. Neste caso, considerando que o término do recesso ocorreu em uma terça-feira, o referido prazo processual terminará, em janeiro, no dia
- (A) 12.
(B) 8.
(C) 6.
(D) 14.
(E) 10.
36. Considere a seguinte situação hipotética: em determinada reclamação trabalhista foi ordenada a prévia liquidação por cálculos da sentença já transitada em julgado. Na fase de liquidação de sentença, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes, para impugnação fundamentada, o prazo
- (A) comum de cinco dias, sob pena de preclusão.
(B) sucessivo de cinco dias, sob pena de preclusão.
(C) comum de dez dias, sob pena de preclusão.
(D) sucessivo de dez dias, sob pena de preclusão.
(E) comum de dez dias, não havendo preclusão em razão dos embargos à execução.
37. Considere a seguinte situação hipotética: Jaques ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "MNX Ltda.", empresa de pequeno porte que possui oito empregados. Dentre os pedidos formulados por Jaques está o reconhecimento do vínculo de emprego e o trabalho em jornada extraordinária. Considerando que, a empresa admitiu a prestação de serviços por Jaques, mas não como empregado e sim como trabalhador autônomo, bem como que não anexou aos autos os cartões de pontos de Jaques, o ônus da prova no tocante ao vínculo de emprego e no tocante às horas extras laboradas é
- (A) da empresa e de Jaques, respectivamente.
(B) da empresa.
(C) de Jaques.
(D) de Jaques e da empresa, respectivamente.
(E) da empresa, desde que a reclamação se processe pelo rito ordinário.
38. Cíntia, renomada executiva empregada de empresa multinacional, ajuizou ação rescisória em face do trânsito em julgado de reclamação trabalhista anteriormente ajuizada, tendo em vista que a sentença foi proferida por juiz absolutamente incompetente. Cíntia atribuiu à ação rescisória o valor de R\$ 500.000,00. Neste caso, Cíntia
- (A) está desobrigada a qualquer depósito prévio, tratando-se de exceção prevista para o ajuizamento por pessoa física.
(B) deverá depositar previamente em juízo o valor de R\$ 50.000,00.
(C) deverá depositar previamente em juízo o valor de R\$ 5.000,00.
(D) deverá depositar previamente em juízo o valor de R\$ 100.000,00.
(E) está desobrigada a qualquer depósito prévio, uma vez que este somente é previsto para demandas cíveis.
39. No processo AA que tramita perante a Justiça do Trabalho, em razão da competência absoluta, são partes a Federação X e o Ministério Público do Trabalho. No processo BB que também tramita perante a Justiça do Trabalho são partes o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Sindicato dos Advogados Y. Nestes casos, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante às custas,
- (A) apenas o Ministério Público do Trabalho possui isenção legal.
(B) apenas o Ministério Público do Trabalho e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possuem isenção legal.
(C) nenhuma das entidades, nem mesmo o Ministério Público do Trabalho, possui isenção legal.
(D) todas as entidades, bem como o Ministério Público do Trabalho, possuem isenção legal.
(E) apenas o Ministério Público do Trabalho, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Federação X, possuem isenção legal.
- Direito do Trabalho**
40. Empresa celebrou, por motivo de força maior, acordo diretamente com seus empregados, para redução geral dos salários, equivalente a 30% e durante 60 dias. O Sindicato da categoria profissional ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento do equivalente à redução salarial. Neste caso, a redução foi considerada
- (A) inválida porque a Carta Magna garantiu a irredutibilidade salarial, mantendo, nessa parte, a CLT.
(B) válida porque levada a efeito mediante acordo com os empregados.
(C) inválida porque, de acordo com a Carta Magna, a redução salarial só pode ser estipulada por via de convenção ou acordo coletivo, qualquer que seja a causa ou motivo dela.
(D) válida porque houve motivo de força maior e acordo com os empregados.
(E) válida, porque a redução salarial provisória não precisa ser realizada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.



<p>41. No modelo sindical atual, é permitido que</p> <p>(A) seja criada mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de igual categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial ou Município.</p> <p>(B) seja criada mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de igual categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial ou Município, desde que somente uma delas cobre a contribuição sindical prevista em lei.</p> <p>(C) o Poder Público interfira e intervenha na organização sindical.</p> <p>(D) o aposentado filiado vote e seja votado nas organizações sindicais.</p> <p>(E) a lei exija autorização do Estado para a fundação de sindicato.</p>	<p>45. Só é admissível a alteração do contrato de trabalho quando</p> <p>(A) feita por mútuo acordo entre as partes.</p> <p>(B) não seja prejudicial ao empregado.</p> <p>(C) feita por mútuo acordo entre as partes e, concomitantemente, não seja prejudicial ao empregado.</p> <p>(D) autorizada pelo sindicato, em negociação coletiva.</p> <p>(E) autorizada pelo sindicato, mediante homologação do ajuste, se prejudicial ao empregado.</p>
<p>42. Dentre os inúmeros benefícios salariais complementares, ditos adicionais, pagos para compensar o trabalho insalubre, o trabalho perigoso, o trabalho extraordinário, o trabalho noturno ou a transferência do empregado, sendo que, de acordo com a previsão legal,</p> <p>(A) o trabalho insalubre é aquele prestado em locais perigosos para a salubridade do ambiente, confundindo-se o adicional de insalubridade com o adicional de periculosidade, tendo ambos, pois, a mesma definição legal.</p> <p>(B) o adicional de transferência é devido sempre que o empregado for transferido em caráter definitivo, haja ou não necessidade imposta pela natureza do serviço.</p> <p>(C) as horas extras são remuneradas com, no mínimo, 20% de acréscimo sobre a hora normal.</p> <p>(D) o adicional de periculosidade difere do adicional de insalubridade porque aquele requer o trabalho em condições de risco à saúde do trabalhador, e este é devido pelo trabalho que expõe o trabalhador a risco de vida.</p> <p>(E) o trabalho em condições perigosas assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário-base.</p>	<p>46. A Convenção nº 87 da OIT, entre outros temas, tem como conteúdo</p> <p>(A) a garantia contra despedida arbitrária ou sem justa causa e foi ratificada pelo Brasil, porque compatível com o ordenamento constitucional.</p> <p>(B) a estabilidade do dirigente sindical e não foi ratificada pelo Brasil, porque a matéria já está regulamentada no ordenamento constitucional.</p> <p>(C) a intervenção e a interferência do Estado na organização sindical e não foi ratificada pelo Brasil, porque incompatível com o ordenamento constitucional.</p> <p>(D) as contribuições sindical e confederativa e foi ratificada pelo Brasil, porque compatível com o ordenamento constitucional.</p> <p>(E) a liberdade e a pluralidade sindicais e não foi ratificada pelo Brasil, porque incompatível com o ordenamento constitucional.</p>
<p>43. A estabilidade provisória do empregado eleito para o cargo de direção ou representação sindical é garantida</p> <p>(A) até um ano após a data da eleição, mesmo se o candidato não for eleito.</p> <p>(B) até dois anos após o término do mandato.</p> <p>(C) mesmo que o empregado cometa falta grave no curso do mandato, postergando-se a eventual demissão para um ano após o final do mandato.</p> <p>(D) ao suplente, inclusive.</p> <p>(E) para um mandato, somente, não subsistindo na hipótese de reeleição do empregado.</p>	<p>47. O empregado pode deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário,</p> <p>(A) até dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho, viva sob sua dependência econômica.</p> <p>(B) até cinco dias consecutivos, em virtude de casamento.</p> <p>(C) por dez dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana.</p> <p>(D) nos dias em que estiver, comprovadamente, realizando provas em cursos de ensino superior.</p> <p>(E) por dois dias, consecutivos ou não, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.</p>
<p>44. A prescrição da ação para o trabalhador postular em juízo os direitos decorrentes de sua relação de emprego ocorre</p> <p>(A) 1 ano após a rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>(B) 5 anos após a rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>(C) 2 anos após a ocorrência do ato do empregador que violou o direito postulado.</p> <p>(D) 3 anos após a ocorrência do ato do empregador que violou o direito postulado.</p> <p>(E) 5 anos após a ocorrência do ato do empregador que lhe negou o direito, até o limite de 2 anos após a rescisão do contrato de trabalho.</p>	<p>48. Depois de concedido o aviso-prévio, o ato poderá ser reconsiderado se a</p> <p>(A) iniciativa, nesse sentido, for da parte que pré-avisou, independente da outra parte.</p> <p>(B) parte pré-avisada ainda não tiver se manifestado sobre a notificação.</p> <p>(C) outra parte concordar com a reconsideração.</p> <p>(D) parte que concedeu o aviso pagar a indenização legal exigida pela outra parte.</p> <p>(E) reconsideração ocorrer até o 29º dia do curso do pré-aviso.</p>

**Direito Civil**

49. O filho que Joana está esperando sofre danos físicos em razão de negligência médica durante o pré-natal. O filho
- (A) poderá ajuizar ação de indenização tão logo nasça, pois a lei resguarda os direitos do nascituro e o filho poderá ser representado por seus pais ou representantes legais.
 - (B) não poderá ajuizar ação de indenização, pois não possuía direitos da personalidade quando da ocorrência dos danos.
 - (C) não poderá ajuizar ação de indenização, pois o Código Civil adota a teoria natalista.
 - (D) poderá ajuizar ação de indenização, mas apenas depois de atingir a maioridade civil.
 - (E) não poderá ajuizar ação de indenização, pois, embora a lei resguarde os direitos do nascituro, fá-lo-á apenas com relação ao direito de nascer com vida.
50. João cumpre os requisitos para se aposentar. No entanto, algum tempo depois, é editada lei que amplia em 5 anos o prazo para sua aposentação. João
- (A) poderá se aposentar, mas apenas se o requerer no prazo de 15 dias do início da vigência da nova lei.
 - (B) terá de aguardar 5 anos para se aposentar, pois a lei nova possui efeito imediato, impondo-se aos fatos passados, penderes e futuros.
 - (C) poderá se aposentar, pois, apesar de possuir efeito imediato, a lei nova deve respeitar o direito que João já havia adquirido.
 - (D) terá que aguardar 5 anos para se aposentar, pois o direito somente é adquirido com o seu exercício efetivo.
 - (E) poderá se aposentar, pois, apesar de possuir efeito imediato, a lei nova deve respeitar a expectativa que João possuía sobre o direito, por questão de justiça.
51. Pedro transferiu sua residência, de Maceió para Florianópolis, com a intenção manifesta de se mudar. Apesar de notória, porém, Pedro não informou à municipalidade de Maceió sobre sua mudança. Seu domicílio
- (A) continuará a ser Maceió até que comunique a mudança à municipalidade de Florianópolis.
 - (B) continuará a ser Maceió até que comunique a mudança à municipalidade de Maceió.
 - (C) será tanto Florianópolis quanto Maceió.
 - (D) passou a ser Florianópolis.
 - (E) passou a ser incerto.
52. Getúlio é um grande produtor de cana-de-açúcar e procura a empresa Canasvieiras a fim de adquirir insumos agrícolas, tais como fertilizantes. A Canasvieiras consente em vender a Getúlio grande quantidade de insumos, mas, como garantia, exige o empenho da safra em via de formação. Naquele ano, porém, a colheita foi insuficiente para o pagamento da dívida, inviabilizando a plantação da seguinte. Por esta razão, Getúlio busca financiamento perante o Banco Moinho, o qual financia a safra seguinte, porém exigindo o seu empenho como garantia de pagamento do mútuo. A segunda colheita
- (A) garante apenas a Canasvieiras, pois somente com o pagamento da primeira dívida Getúlio poderia ter constituído novo penhor.
 - (B) garante tanto a Canasvieiras quanto o Banco Moinho, o qual terá preferência na excussão da garantia.
 - (C) não garante a Canasvieiras nem o Banco Moinho, pois não existe empenho de coisa futura.
 - (D) garante apenas o Banco Moinho.
 - (E) garante tanto o Banco Moinho quanto a Canasvieiras, a qual terá preferência na excussão da garantia.

53. Lucas vende um cavalo a José e se obriga a entregá-lo na fazenda do comprador. A caminho da fazenda, porém, Lucas para em um bar e bebe quatro ou cinco cachaças com alguns amigos. Embriagado, sai em disparada pelas ruas da cidade e acidenta-se com o cavalo. Ao ver o cavalo com a pata dianteira quebrada, José
- (A) poderá exigir o equivalente ao que pagou pelo cavalo ou aceitá-lo no estado em que se encontra, com direito a reclamar, em ambos os casos, indenização por perdas e danos.
 - (B) deverá, necessariamente, aceitar o cavalo, no estado em que se encontra, com direito a reclamar indenização por perdas e danos.
 - (C) deverá, necessariamente, exigir o equivalente ao que pagou pelo cavalo, com direito a reclamar indenização por perdas e danos.
 - (D) poderá exigir o equivalente ao que pagou pelo cavalo ou aceitá-lo no estado em que se encontra, com direito a reclamar, apenas na primeira hipótese, indenização por perdas e danos.
 - (E) poderá exigir o equivalente ao que pagou pelo cavalo ou aceitá-lo no estado em que se encontra, com direito a reclamar, apenas na última hipótese, indenização por perdas e danos.

Direito Processual Civil

54. Na posse de mandado de penhora, o oficial de justiça se dirige ao endereço residencial do devedor para a realização do ato. Chegando ao local, o devedor atende o oficial, mas não permite sua entrada, fechando as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens. Neste caso, segundo o procedimento previsto pelo Código de Processo Civil, o oficial de justiça
- (A) prosseguirá no cumprimento do mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumir que se achem os bens, não sendo necessária ordem judicial expressa de arrombamento.
 - (B) prosseguirá no cumprimento do mandado, requisitando auxílio de força policial para arrombar portas, móveis e gavetas, onde presumir que se achem os bens, não sendo necessária ordem judicial expressa de arrombamento.
 - (C) comunicará o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento, que deve ser expressa.
 - (D) prosseguirá no cumprimento do mandado, arrombando tantos bens quantos bastem para garantir a execução, desde que possíveis de serem visualizados e identificados sem entrar na casa.
 - (E) prosseguirá no cumprimento do mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumir que se achem os bens, não sendo necessária ordem judicial expressa de arrombamento, e dará ordem de prisão ao devedor por resistir ao cumprimento da ordem judicial de penhora.



55. Sobre os atos processuais e sua comunicação, segundo as regras previstas pelo Código de Processo Civil,
- (A) devem ser praticados da forma que a lei exigir, sendo considerados inválidos os realizados de forma diversa, ainda que lhe preencham a finalidade essencial.
- (B) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas vinte e quatro horas.
- (C) ainda que ordenada por juiz incompetente, a citação constitui o devedor em mora, interrompe a prescrição e faz litigiosa a coisa.
- (D) a citação efetuar-se-á em qualquer lugar que se encontre o réu, ainda que esteja assistindo a culto religioso, sem exceção.
- (E) estando o réu ausente, a citação far-se-á somente na pessoa de seu mandatário ou administrador, quando a ação se originar de atos por eles praticados.
-
56. Sobre o procedimento de alienação em hasta pública, previsto pelo Código de Processo Civil, considere:
- I. Existindo primeira praça ou leilão de diversos bens e se houver mais de um (uma) lançador, será preferido aquele que se propuser a arrematá-los englobadamente, oferecendo para os que tiverem licitantes o preço de maior lance e para os que não tiverem, preço inferior ao da avaliação, desde que não seja vil.
- II. Qualquer pessoa é admitida a lançar, com exceção única dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados.
- III. Tratando-se de bem imóvel, poderá o interessado adquiri-lo em prestações, desde que pague trinta por cento à vista.
- IV. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens à nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.
- V. O fiador do arrematante, que pagar o valor do lance e a multa, poderá requerer que a arrematação lhe seja transferida.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, II e V.
-
57. Sobre as medidas cautelares segundo o Código de Processo Civil,
- (A) será extinta se não for executada dentro de vinte dias.
- (B) só em casos excepcionais, ainda que não expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.
- (C) a sentença ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro, não se equipara à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto.
- (D) ficará suspensa a execução do arresto se o devedor, devidamente intimado, pagar a dívida, ainda que não pague as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz.
- (E) o mandado de busca e apreensão será cumprido por dois oficiais de justiça.
-
58. Extingue-se a execução quando
- (A) o devedor não possui bens penhoráveis.
- (B) o executado realiza a remição da execução.
- (C) o devedor obtém a remissão da dívida por parte de um dos litisconsortes, desde que a dívida não seja solidária.
- (D) ficar suspensa por mais de noventa dias.
- (E) falecer o devedor.
-
59. Quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente, o juiz determinará a
- (A) suspensão do processo pelo prazo máximo de seis meses, não podendo ser praticado qualquer ato processual durante este período, exceto aqueles reputados urgentes.
- (B) extinção do processo sem resolução do mérito, devendo a ação ser reproposta quando a questão prejudicial for resolvida.
- (C) suspensão do processo, exceto se a audiência já tiver iniciado, caso em que o processo só será suspenso a partir da publicação da sentença.
- (D) extinção parcial do processo sem resolução do mérito, devendo prosseguir em relação às questões que não sofrem influência de outra causa.
- (E) suspensão do processo pelo prazo máximo de um ano.
-
60. Sobre os procedimentos especiais previstos pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) em ação de consignação em pagamento, realizado o depósito em até cinco dias da data do cumprimento da obrigação, o devedor ficará isento das custas a que tenha dado causa e honorários advocatícios.
- (B) em ação monitória, rejeitados os embargos o devedor terá dez dias para realizar o pagamento que, se respeitados, isentará o cumpridor da obrigação das custas e honorários advocatícios.
- (C) em embargos de terceiro, se o embargado não possuir advogado constituído na ação principal deverá ser citado por edital.
- (D) em embargos de terceiro, julgando suficientemente provada a posse, o juiz deferirá liminarmente a expedição de mandado de manutenção ou de restituição em favor do embargante, que só receberá os bens depois de prestar caução.
- (E) quando a consignação em pagamento se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, o juiz autorizará que o autor levante a quantia depositada em seu favor.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.
- A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Texto I

Para alguns, a polêmica suscitada pelo projeto de lei que propõe acabar com a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias esbarra no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Texto II

O historiador anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência dos que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso, interpelar seu sentido. Escrever sobre uma vida implica interrogar o que os episódios de um destino pessoal têm a dizer sobre as coisas públicas, sobre o mundo e o tempo em que vivemos.

(Adaptado de: STARLING, Heloisa e SCHWARCZ, Lilia Maritz. Disponível em www1.folhareal.com.br/ilustrissima/2013)

A partir dos textos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A distinção entre os interesses coletivos e os individuais na elaboração da memória pública

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	